

**TRAVESSIA RÉGIS BITTENCOURT OU TRAVESSIA GETÚLIO VARGAS?:  
LUTAS SIMBÓLICAS EM TORNO DA DENOMINAÇÃO OFICIAL DA PONTE DO  
GUAÍBA**

**TRAVESSIA RÉGIS BITTENCOURT OR TRAVESSIA GETÚLIO VARGAS?:  
SYMBOLIC STRUGGLES AROUND THE OFFICIAL NAME OF THE GUAIBA'S  
BRIDGE**

Eduardo Pacheco Freitas\*

**Resumo:** No dia 19 de abril de 1959, em uma cerimônia conduzida pelo governador Leonel Brizola sobre a Ponte do Guaíba, foi realizada a troca de nome da recém inaugurada Travessia Régis Bittencourt. Este nome, até então, homenageava o diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Engenheiro Edmundo Régis Bittencourt, e traduzia o grande capital simbólico do campo técnico naquele momento. No entanto, o governador trabalhista (e também engenheiro) Leonel Brizola - eleito seis meses antes, em outubro de 1958 - prometera durante sua campanha rebatizar a obra como Travessia Getúlio Vargas, em homenagem a seu mentor político e expoente maior do trabalhismo brasileiro. Não por acaso, a data escolhida para a troca de nome foi o dia de nascimento do ex-presidente, simbolizando a vitalidade de seu legado, já que Vargas estava morto desde 1954. Contudo, o novo nome da Travessia jamais veio a ser oficializado, pois a obra havia sido construída com recursos do governo federal, que jamais reconheceu o ato do governador Leonel Brizola. Os significados simbólicos deste episódio são analisados a partir dos debates na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e sob os conceitos de “campo” e de “lutas simbólicas” do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Em nossa interpretação, consideramos que dois “campos” principais entraram em disputa: o campo técnico e o campo partidário, havendo, concomitantemente, a luta simbólica interna no campo político entre os trabalhistas e os partidários do Partido Social Democrático.

**Palavras-chave:** Leonel Brizola; Lutas simbólicas; Ponte do Guaíba; Travessia Getúlio Vargas.

**Abstract:** On April 19, 1959, in a ceremony led by Governor Leonel Brizola on the Guaiba's Bridge, was held to exchange the name of the newly opened Travessia Régis Bittencourt. This name until then honored the director of the National Department of Highways, Engineer Edmundo Régis Bittencourt, and translated the great symbolic capital of the technical field at that time. However, the labor governor (and engineer) Brizola - elected six months earlier, in October 1958 - had promised during his campaign to rename the bridge as Travessia Getúlio Vargas, in honor of his political mentor and greatest exponent of Brazilian Labour. Not coincidentally, the date chosen for the name change was the birthday of the former president, symbolizing the vitality of his legacy, as Vargas was dead since 1954. However, the new name of the bridge never became official, because the work was built with funds from the federal government, which never recognized the act of the governor Brizola. The symbolic

---

\*Bolsista de Mestrado CNPq em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), licenciado em História pela mesma instituição. Atualmente, é membro do grupo de pesquisa Cidades Refletidas: industrialização, urbanização e imprensa no Brasil Republicano; E-mail: [eduardopachecofreitas@gmail.com](mailto:eduardopachecofreitas@gmail.com).

significance of this episode are analyzed from the debates in the Legislative Assembly of the State of Rio Grande do Sul and in the concepts of "field" and "symbolic struggles" of the French sociologist Pierre Bourdieu. In our interpretation, we consider that two "camps" main went into dispute: the technical field and the party field, with concomitant internal symbolic struggle in the political field between labor and the supporters of the PSD.

**Keywords:** Guaíba's Bridge; Leonel Brizola; Symbolic struggles; Travessia Getúlio Vargas; Travessia Régis Bittencourt.

## **Introdução**

Em 19 de abril de 1959 - dia em que Getúlio Vargas, se estivesse vivo, comemoraria 77 anos -, o recém-eleito governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola promoveu uma solenidade, sobre a também recém-inaugurada Ponte do Guaíba, a fim de realizar a troca de nome desta.

A obra, inaugurada em dezembro de 1958, recebera o nome de Travessia Régis Bittencourt, em homenagem ao então presidente do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), engenheiro Edmundo Régis Bittencourt. A troca de nome havia sido prometida durante a campanha para o governo do estado, nas eleições de 1958, revelando dois aspectos principais: 1) a insatisfação do engenheiro Leonel Brizola - agora governador trabalhista - com a vitória do campo dos engenheiros na luta simbólica por representação social, que, ao impôr o nome de um dos seus a mais importante obra do período garantia o prestígio a todo campo, que possuía também relações com o partido opositor a Brizola, o PSD; 2) a necessidade pessoal e política de fazer representar Vargas - seu mentor político - e o trabalhismo em importante símbolo do progresso e do desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

A solenidade, ocorrida em meio a acalorados debates na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALERGS), foi amplamente discutida e esteve no centro das lutas simbólicas que pretendemos analisar neste trabalho, a partir destes debates e à luz do trabalho do sociólogo francês Pierre Bourdieu, sobretudo através dos seus conceitos de "campo", "*habitus*", "representação" e "luta simbólica"

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

## Breves considerações teóricas

Pierre Bourdieu, um dos mais importantes intelectuais franceses do século 20, desenvolveu conceitos importantes, não só para a sociologia, mas para as outras ciências humanas, como a história. Dentre estes conceitos, adquirem um caráter central na obra do sociólogo o “campo”, e o “*habitus*”. O campo seria

(...) um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos. Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos (BOURDIEU, 1997, p. 55)

De acordo com isto, podemos entender que o campo social é uma forma de se pensar a sociedade e suas divisões, em campos menores que interagem e servem de palco para lutas simbólicas internas, já que existem relações de forças entre “dominantes e dominados” (BOURDIEU, 1997, p. 57). Neste sentido é que Bourdieu fala dos diferentes campos: jornalístico, cultural, científico, etc., nos quais existem, contudo, “traços estruturalmente equivalentes” (BOURDIEU, 1990, p. 170), que Bourdieu chama de homologias estruturais. As sociedades atuais são complexas e altamente especializadas, com grau de autonomia relevante. Nelas que se inserem os campos de produção ideológica, que para existirem criam as necessidades dos seus produtos culturais. Por exemplo, não é uma necessidade natural do ser humano o consumo de notícias, de jornais. No entanto, o campo jornalístico trabalha no sentido de construir culturalmente a necessidade dos bens simbólicos que produz. Como visto, todo campo tem regras de funcionamento e regras de produção dos bens simbólicos, regras estas que são institucionalizadas e passam pelas regras de sacração. Um doutor, no campo acadêmico, por ter o reconhecimento dos seus pares, através da sua titulação, tem mais capital simbólico que um mestre. Ou seja, é uma forma de “hierarquia simbólica”, a qual BOURDIEU chama de “distinção”, a qual seria o capital simbólico, uma “diferença inscrita na própria estrutura do espaço social quando percebida segundo as categorias apropriadas a esta estrutura” (BOURDIEU, 2001, p. 146). O capital, para Bourdieu, pode ser econômico, cultural, social e simbólico, significando que, dentro do espaço social, as posições dos agentes se dão de acordo com o número maior ou menor destes capitais. Isto é, o conjunto de posições sociais possíveis é determinado pelo capital, no sentido que Bourdieu dá ao termo.

Em relação ao *habitus*, outro conceito central para Bourdieu, podemos afirmar que se trata de disposições adquiridas a partir da experiência, havendo aqui uma certa relação com a obra de Durkheim (RODRIGUES, 2000), no sentido de que a razão é fruto de conhecimentos coletivos acumulados ao longo do tempo.

Bourdieu denomina de *habitus*

os sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto de obediência a regras objetivamente adaptadas ao seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto de obediência a regras. (BOURDIEU, 1983, p. 61)

Portanto, a noção de *habitus* está relacionada à subjetividade individual, na forma das predisposições para a ação dos indivíduos, que são adquiridas ao longo da vida. Com esta noção de *habitus*, Bourdieu teve como objetivo superar as concepções mecanicistas e deterministas dos indivíduos, sendo a realidade mais complexa.

O *habitus* é uma forma de segunda natureza, que cria as formas de agir. Isto é, os *habitus*, por serem “estruturas estruturadas estruturantes”, orientam e dão significado às ações e representações dos agentes sociais, fazendo a mediação entre o mundo social e as práticas individuais. Desta forma é que acontece a relação do *habitus* com o campo, pois estes esquemas geradores de ação inerentes ao *habitus* são adaptados a um campo específico.

Existe ainda a questão relativa às “lutas simbólicas” na obra de Bourdieu. Para este pensador as lutas sociais se distanciam do modelo marxista que reduzia as lutas sociais às lutas de classes e ao seu aspecto meramente econômico. A realidade seria mais complexa, havendo a luta pelo poder simbólico, que pode ser expresso através da representação e do reconhecimento social, pelo acúmulo de capital simbólico, pelas distinções e pelo prestígio.

Portanto, a representação social, em Bourdieu, está associada às noções de *habitus* e de campo, pois, a partir de uma perspectiva construtivista do autor, há o entendimento de que existe “de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação, que são constitutivos do *habitus* e, de outro, das estruturas sociais em particular dos campos e grupos” (BOURDIEU, 1990, p. 149). Ou seja, no conjunto de experiências que estão na produção do *habitus*, encontramos as noções de prática e de representação. As primeiras

aparecendo na objetivação das ações e a segunda como subjetivação mental, que surge no âmbito da cultura e das lutas simbólicas.

Feitos estes breves apontamentos teóricos que dizem respeito à maneira que compreendemos o episódio de tentativa de troca de nome da Travessia Régis Bittencourt para Travessia Getúlio Vargas, passaremos a verificar o contexto de ascensão política de Leonel Brizola.

### **Leonel Brizola e o trabalhismo brasileiro**

A doutrina trabalhista no Brasil teve como ponto de partida a organização do PTB e a relação que se colocava - naquele momento de industrialização do país - da sociedade com o trabalho. Para Alberto Pasqualini, tido como o principal ideólogo do trabalhismo brasileiro, este tinha em sua essência “o reconhecimento de que qualquer ganho ou remuneração deve ser proporcional ao valor social do trabalho executado pelo trabalhador” (RUAS, 1986, p. 30). Desta forma, o trabalhismo, influenciado pela Doutrina Cristã das encíclicas papais de Leão XIII e Pio IX, condenava o sistema capitalista, devido à exploração dos trabalhadores em nome do lucro, porém, tampouco caía nos braços do outro extremo ideológico - o comunismo - ao considerar que neste sistema o proletário apenas trocava de patrão, já que, da mesma forma que ocorria no capitalismo, havia a tendência inexorável à formação de duas classes. Para o trabalhismo ainda havia, no sistema comunista, o agravante da extrema concentração de poder no Estado, algo que poderia colocar em risco o Estado Democrático de Direito.

Outro aspecto importante que diz respeito aos embasamentos teóricos da doutrina trabalhista no Brasil é a influência do keynesianismo no pensamento de Pasqualini, que ao adotar a ideia de “fluxo-circular” - um dos pontos centrais da teoria econômica de Keynes - a incorporou ao programa do PTB.

Pasqualini entendia que “para que as empresas vendessem tudo o que produzissem seria necessário que a população gastasse, coletivamente, todas as suas rendas na aquisição de bens e serviços” (SHERMAN, E., HUNT, K., e HOWARD, J. apud RUAS, 1986, p. 26), defendendo desta maneira a ideia de que o pagamento justo aos trabalhadores elevaria as condições de vida destes ao mesmo tempo em que incrementaria a atividade econômica. Após ter fundado a União Social Brasileira (USB) em 1945, contudo tendo experimentado a incapacidade de atrair as massas para esta agremiação, Pasqualini integrou seu partido ao

PTB. Portanto, o PTB surge como partido político de massas, no contexto democrático e industrializante brasileiro da segunda metade da década de 1940, em defesa dos interesses da classe trabalhadora, da mesma forma que evitava o extremismo político dos comunistas:

Os trabalhistas brasileiros identificaram-se perfeitamente com estas ideias que, apesar de promover reformas, não ameaçavam o sistema capitalista de produção. O desenvolvimento industrial e o crescimento da classe operária, durante as décadas de 1940-50, bem como a extensão do sufrágio, impunham a utilização de novas táticas políticas e novas soluções. (RUAS, 1946, p. 27).

No entanto, Pasqualini representava apenas uma das vertentes do trabalhismo brasileiro, podendo ser caracterizado como o expoente da “ala ideológica” do partido, que contava ainda com a ala sindicalista, ligada ao Ministério do Trabalho e a ala “pragmático-getulista, comandada por Getúlio Vargas e que, mesmo após sua morte, invocava o seu nome como forma de apelo popular” (RUAS, 1986, p. 40). Contudo, apesar do pertencimento a diferentes tendências do PTB, Pasqualini contribuía com Vargas “no papel de filósofo do partido, necessário para prover o PTB de legitimidade doutrinária e para diferenciá-lo da politicagem do PSD” (CORTÉS, 2007, p. 191). Porém, o mesmo autor questiona até que ponto os líderes do partido de fato liam ou tomavam decisões com base nos escritos de Pasqualini.

É na linha “pragmático-getulistas” que Leonel Brizola se encaixava, pois tendo nascido em 1922, não conheceu durante sua vida política o Getúlio ditador, tornando-se partidário de Vargas após 1945. Brizola fora eleito deputado estadual no pleito de 1947, conhecendo nesta época o também eleito deputado estadual João Goulart vindo a casar-se com sua irmã em 1949, tendo Getúlio Vargas como padrinho do casamento.

Quando Vargas, no início de 1945, “desafiado pela sociedade brasileira por dois tipos de pressão: a de democratização e a de liberalização” (COSTA, 1997, p. 15) outorgou a Lei Constitucional nº 9 daquele ano, abriu-se o caminho para a democratização e para a reorganização partidária no país. Nesta época, Brizola considerava-se “intimamente socialista” (Entrevista a Moniz Bandeira em julho de 1978 - MONIZ BANDEIRA, 1979, p. 47), contudo não identificava-se com o PCB, por considerá-lo um partido sectário.

Por outro lado, o que haviam era a UDN e o Partido Libertador, a elite, “os estudantes de punhos de renda, grã-finos, todos procedentes de famílias ricas,

que se apresentavam como defensores da liberdade e da democracia, inimigos rancorosos de Vargas (MONIZ BANDEIRA, 1979, p. 47).

Sendo assim, Brizola, homem de origem simples e trabalhador braçal (p. ex., antes de formar-se em engenharia e entrar na vida política, Brizola trabalhou como lavador de pratos, engraxate, jornalista, ascensorista e operário numa refinaria de óleo, ingressando no serviço público como jardineiro da prefeitura de Porto Alegre - RUAS, 1986, p. 64) - e impressionado com o episódio do queremismo - decidiu posicionar-se ao lado dos getulistas. Segundo MONIZ BANDEIRA,

[Brizola] não podia, obviamente, ser contra Vargas, contra a massa dos deserdados, da qual emergia. Afinal Brizola era também trabalhador, sofria ele próprio o problema das classes oprimidas e a necessidade de justiça social. O golpe que derrubou Vargas, em 1945, consolidou a sua opção. (MONIZ BANDEIRA, 1979, p. 47-48)

Mitificações à parte realizadas pelo autor citado, o fato é que Brizola decide muito cedo, no contexto do pluripartidarismo que voltava à cena política nacional, situar-se em meio aos trabalhistas, atuando de forma decisiva na estruturação do PTB gaúcho. No caso de Leonel Brizola, homem de origem humilde, tendo trabalhado em diversas funções “braçais”, é significativa a opção que faz logo cedo pelo PTB, um partido que defendia bandeiras dos trabalhadores. Isto se explicaria, de acordo com BOURDIEU, pelo seu *habitus* social. O *habitus* de classe é que oportuniza a “conformidade das práticas e sua constância através do tempo, por intermédio de esquemas de percepção, de pensamento e de ação depositada em cada corpo” (BOURDIEU apud MARTINS, 2007, p. 124).

O PTB surgiu como força política oposicionista ao PSD, sobretudo na então capital federal, Rio de Janeiro, e em Porto Alegre. Leonel Brizola teve papel ativo na organização do novo partido no interior do Rio Grande do Sul, juntamente com líderes sindicais e estudantis, que chegaram a organizar o partido em praça pública na cidade de Rio Grande, devido a falta de apoio dos chefes políticos locais, embora muitos deles estivessem descontentes com o PSD (MONIZ BANDEIRA, 1979, p. 49). Neste sentido, é importante o depoimento de Brizola, ao comentar as condições de acolhida por parte do povo e o diálogo promovido nas assembleias para organização do partido trabalhista nas cidades interioranas:

Dizíamos que o PTB não era como aquele PSD, que nada tinha a ver com os trabalhadores. O PTB iria realmente lutar pelas ideias sociais do Dr. Getúlio, em defesa da legislação do trabalho, da garantia do trabalho (MONIZ BANDEIRA, 1979, p. 49).

Ou seja, Brizola revela-se um defensor ardente das ideias e do legado de Getúlio Vargas - que em torno de década e meia depois, já com seu mentor político morto, o fará comprar briga com os oposicionistas ao seu governo no episódio de mudança de nome da Ponte - da mesma forma que se mostra muito diferente de Alberto Pasqualini em relação às teorias trabalhistas, quando diz que os seus discursos nesta caravana do PTB pelo interior gaúcho “eram, naturalmente, emocionais, muita substância não tinham” (MONIZ BANDEIRA, 1979, p. 49). Brizola, neste sentido, alinha-se à Vargas quase que integralmente: por um lado, ao reverenciá-lo como um símbolo do trabalhismo; por outro, ao afastar-se da “ala ideológica” do partido, enquadrando-se melhor na ala pragmática. Contudo, embora não alinhado à corrente mais “intelectual” do partido, Brizola foi um dos responsáveis pela incorporação da USB de Alberto Pasqualini ao PTB.

A partir da organização do PTB em solo gaúcho, como guardião das “ideias sociais do Dr. Getúlio”, Brizola teve uma carreira ascendente na política. Em 1947 elegeu-se deputado estadual, reelegendo-se em 1950 e tornando-se Secretário de Obras Públicas no governo de Ernesto Dornelles, participando ativamente do processo do Edital de construção da Travessia Régis Bittencourt. Em 1954 foi eleito deputado federal, sem terminar o mandato, pois em 1955 elegeu-se prefeito de Porto Alegre. Finalmente, em 1958, foi eleito governador do Estado do Rio Grande do Sul aos 36 anos.

### **O início do governo Brizola**

Segundo CÁNEPA (2005), o governo Brizola no Rio Grande do Sul pode ser dividido em duas etapas: a primeira, mais pragmática (inclusive devido a aliança com o PRP, partido de viés totalitário) e uma segunda fase, caracterizada por uma guinada à esquerda, que se inicia com o episódio da Legalidade em 1961 (CÁNEPA, 2005, p. 262). Nosso interesse neste artigo está voltado para a primeira fase, segundo a periodização exposta acima.

Brizola tomou posse no dia 31 de janeiro de 1959, após ter vencido as eleições realizadas em outubro de 1958. O pleito, muito disputado, envolveu todo tipo de ataques, de



ambos os lados - inclusive com acusações de sabotagens às obras da Travessia Régis Bittencourt, já que, em setembro de 1958, a queda de um dos vãos da ponte sobre o rio Jacuí provocou grande polêmica na imprensa, sobretudo após manifestação do então governador Ildo Meneghetti no sentido de acusar os petebistas de praticarem sabotagens contra a obra, com o objetivo de atrasá-la e assim prejudicar o candidato da situação, favorecendo, na mesma medida o candidato opositor Leonel Brizola. Por fim a eleição teve como vencedora a aliança PTB-PRP-PSP com 55,18% dos votos, contra os 41,20% de Walter Peracchi Barcellos, candidato da Frente Democrática (PSD-UDN-PL-PSB) (CÁNEPA, 2005, p. 254).

Em abril de 1959, portanto apenas dois meses após a posse do novo governo, diversos temas estavam sendo amplamente discutidos no Estado, especialmente na imprensa na Assembleia Legislativa. Apesar de Brizola possuir maioria na Assembleia, a oposição não dava trégua e, diariamente, criticava com termos duros o governador recém-eleito. Dentre as acusações mais importantes feitas pelos opositores no início do governo estavam as óbvias menções ao não cumprimento de promessas eleitorais. Neste sentido, a oposição fazia questão de trazer à discussão questões como a suposta falta de assistência aos menos favorecidos, a não constituição de um Executivo eminentemente técnico, conforme prometido, paralisação de obras e a não implementação de melhorias salariais aos servidores, sobretudo para o magistério, enquanto o governo gastava somas consideráveis “nas suntuosidades trabalhistas do Palácio Piratini” (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS. v. CXXVII, p. 137. Pronunciamento do Deputado Getúlio Marcantônio (PL), 40ª sessão, em 08 de abril de 1959). Prosseguindo no mesmo tom irônico, o deputado Getúlio Marcantônio, em seu pronunciamento na 40ª sessão, em 8 de abril de 1959, afirmaria ainda que ao menos uma promessa de campanha o governador Leonel Brizola estava em vistas de cumprir: a mudança de nome da Travessia Régis Bittencourt para Travessia Getúlio Vargas.

De fato, a promessa de troca de nome da Ponte do Guaíba havia sido feita durante a campanha eleitoral de 1958. Na época, o candidato Brizola chegou a afirmar que tão logo tomasse posse iria proceder com a mudança de nome da obra, no entanto, após assumir decidiu que a cerimônia se realizaria na data de 19 de abril de 1959, dia de nascimento de Getúlio Vargas, revestindo desta forma o ato de forte simbolismo.

De acordo com CORTÉS, os quatro anos de governo foram “traumáticos” para Brizola, defendendo a tese de que “três fatores básicos converteram Brizola de oportunista

político em um idealista radical” (CORTÉS, 2007, p. 274), convergindo desta forma com o entendimento de CÁNEPA de que o governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul evoluiu do pragmatismo político ao radicalismo de esquerda. Segundo a análise de CORTÉS, Brizola decepcionou-se com a dominação industrial paulista, enquanto a participação gaúcha caía, além de envolver-se na “luta contra o capitalismo internacional” e, por fim, a experiência com a Legalidade. Todos estes fatos, segundo o autor, serviram para conduzir o político pragmático ao líder esquerdista radical.

Nesse sentido, cumpre esclarecer que ainda nos primeiros meses de 1959 o governador realiza o primeiro processo de encampação de uma empresa multinacional atuante no estado, ao estatizar a Companhia Elétrica Rio Grandense (Ceerg), que era subsidiária da empresa norte-americana Bond and Share, por sua vez pertencente ao grupo American & Foreign Power. O segundo processo de encampação, da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da norte-americana International Telegraph and Telephone, ocorre em 1962, portanto após o episódio da Legalidade e num contexto muito maior de acirramento político.

Estas atitudes, frente ao capital internacional, podem ser associadas a uma postura “nacionalista radical, que muitas vezes seria defendida também pelos comunistas” (BEMFICA, 2007, p. 115). Por outro lado, nem só os comunistas ou os trabalhistas defendiam as encampações, havendo manifestações favoráveis a este tipo de medida por parte de políticos atuantes em um espectro mais próximo ao PSD:

Em 1958, ano da eleição de Brizola ao governo do Estado, o principal defensor no Parlamento gaúcho da encampação da subsidiária norte-americana não integrava o PTB. Era o deputado Cândido Norberto (PSB), que apoiava a candidatura de Peracchi Barcellos (PSD) ao governo do Estado. Em seus pronunciamentos pós-eleição, Norberto frisava o empenho do governo anterior, chefiado por Ildo Meneghetti, para encampar a Ceerg, o que estaria sendo impedido pelo governo federal (BEMFICA, 2007, p. 119)

O deputado Cândido Norberto afirmava que “todo o Rio Grande” queria a encampação e questionava o fato do governo federal não permiti-la, referindo-se ao fato da encampação ter sido pleiteada pela CEEE em 1957 junto ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e em 1958 junto à própria Presidência da República, contudo sem sucesso. O entendimento era de que o governo Juscelino tinha como objetivos privilegiar a iniciativa privada e ainda durante a campanha para o Executivo estadual a Frente Democrática chegou a

acusar o candidato Leonel Brizola de assinar documento, em troca da aliança com o PRP, no qual se comprometia a privatizar serviços públicos em caso de ser eleito, fato este nunca comprovado (BEMFICA, 2007, p. 120).

Portanto, fica evidente, com base nos Anais da Assembleia, que havia um consenso em torno da questão da encampação da Bond and Share:

A Assembleia Legislativa rio-grandense recebeu esta tarde, há poucos instantes, com uma salva de palmas, a comunicação que V. Exa. fez, dando ciência de que o Poder Executivo havia assinado o Decreto de encampação da Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense. Estes aplausos, Sr. Presidente, dizem mais do que quaisquer palavras, da significação do ato que hoje foi realizado no Palácio Piratini, e expressam, também, o desejo unânime das sacrificadas populações de Porto Alegre e Canoas, há mais de 30 anos sob o jugo da empresa exploradora, filial da "Electric Bond and Share" (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS. v. CXXVIII, p. 84. Pronunciamento do deputado Cândido Norberto (PSB), 60ª sessão, em 11 de maio de 1959).

O deputado lembra ainda que, sem “nenhum motivo de arrependimento”, criticara por diversas vezes o governo Brizola, ao entender que este ajudava "a todos quantos tinham interesse na protelação do ato" de encampação, voltando, neste mesmo pronunciamento, a fazer severas críticas ao papel de JK no caso. Da mesma forma, procura diminuir o papel de Brizola e salientar o papel do governo anterior ao afirmar que o governador petebista apenas assinara um decreto que "já estava pronto no Palácio, desde já muito tempo, graças a ação patriótica do seu antecessor, Eng. Ildo Meneghetti". No mesmo sentido ocorre a fala do deputado pessedista Hélio Carlomagno, um dos maiores críticos ao governo e à mudança de nome da Ponte do Guaíba, como veremos mais adiante. Para Carlomagno, mais importante que Brizola, que assinaria o decreto de encampação, estava o PSD

(...) que desfraldou, de forma indiscutível e categórica, a bandeira da estatização da energia elétrica no Rio Grande do Sul e a concretizou com o lançamento do Plano de Eletrificação, que se instituiu e que recebeu embasamento financeiro pela ação intrépida, corajosa e patriótica do então governador Walter Jobim (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS. v. CXXVIII, p. 86. Pronunciamento do deputado Hélio Carlomagno (PSD), 60ª sessão, em 11/05/1959).

Jobim, eleito em 1947, portanto sendo o primeiro governador pós-redemocratização, vencera o ideólogo do trabalhismo Alberto Pasqualini por uma pequena diferença de apenas 20 mil votos.

No entanto, o que chama a atenção é o fato da oposição, embora apoiando a encampação e reconhecendo o mérito de Brizola, buscar, por outro lado, diminuir seu papel no acontecimento, tratando como “patriotas” apenas aqueles políticos do PSD que o antecederam no comando do Executivo estadual. É importante salientar que o debate a respeito dos lucros das empresas concessionárias e sobre a qualidade dos serviços remontavam a pelos menos três décadas antes da encampação da Ceerg. A intervenção estatal sempre foi defendida por muitos políticos, porém Getúlio em diversos momentos adotou “posição ambígua em relação à defesa dos interesses multinacionais” (BEMFICA, 2007, p. 121)

Após estas considerações contextuais a respeito da ascensão política de Brizola até o governo do estado do Rio Grande do Sul e de um panorama sobre o início de sua administração, passamos a verificar os debates ocorridos na Assembleia por conta da polêmica decisão do governador em realizar a troca de nome da Travessia Régis Bittencourt.

### **A luta em torno da denominação oficial da obra**

Para reconstituirmos as lutas que foram travadas para impôr este ou aquele nome oficial na Ponte do Guaíba nos valeremos dos Anais da ALERGS do mês de abril de 1959 e de notícias publicadas pela imprensa.

O primeiro a se manifestar, na sessão de 8 de abril, foi o deputado Getúlio Marcantônio, do Partido Libertador (PL). Marcantônio, ironicamente afirma que finalmente o governo cumpriria ao menos uma das promessas de campanha - referindo-se à mudança de nome da obra - e criticando Brizola por não haver cumprido outras tais como a constituição de um Executivo técnico e a falta de apoio aos “milhares de desempregados que o foram procurar”. Indignado, o deputado informa que a placa com o novo nome já estava sendo feita. Na primeiro aparte, realizado pelo deputado Hélivio Jobim (PSD), este manifesta seu apoio às críticas do deputado Marcantônio e defende que o objetivo da troca de nome da Ponte nada mais era do que a procura de “enfeitar o PTB com penas de pavão”, já que a obra seria fruto da administração de Ildo Meneghetti (PSD) e agora os petebistas, na figura de Brizola, tentavam capitalizar sobre a mesma, “dando o nome do inspirador” do partido dos

trabalhistas. O deputado Sinval Guazelli (PDC) também faz um aparte e diz que a obra define o sentido das duas administrações, uma que realizou a obra e a outra que “é apenas capaz de dar a denominação à ponte”. Getúlio Marcantônio encerra sua fala criticando o governo que, teria feito uma “operação vingança” contra servidores do DAER e que talvez o precedente de troca de nome da Ponte servisse para a troca no futuro até mesmo do nome do Palácio Piratini. No mesmo dia desta sessão, portanto em 08/04/1959, o jornal O Estado de São Paulo (OESP) publica uma notícia a respeito da troca de nome da Travessia. Sob o título "Engenheiros pedem demissão" o jornal informa que os engenheiros Antonio Frois e Walter Haetinger, este último um dos principais engenheiros do DAER na definição do projeto vencedor para a Travessia a seco do Guaíba, haviam pedido demissão "tão logo tiveram conhecimento da determinação do DAER para que fosse retirada a atual placa, que será substituída por outra, já com a denominação Travessia Getúlio Vargas". Ao fim da nota o jornal faz questão de destacar que "a monumental ponte sobre o rio Guaíba" teve seu nome dado em homenagem à Régis Bittencourt "veterano técnico brasileiro, a quem o Estado deve assinalados serviços no campo rodoviário". No dia seguinte, portanto em 09/04/1959, é a vez de O Globo (OG) publicar uma notícia sob o título "Homenagem a Vargas provoca demissões". com, praticamente, o mesmo texto publicado pelo OESP.

Já na sessão do dia 10 de abril, quem se manifesta a respeito do tema é o deputado opositor Ariosto Jaeger (PSD). O deputado lamenta que obras importantes para o desenvolvimento do estado sejam envolvidas naquilo que chama de “facciosismo, pela política no seu pior sentido pela paixão”. Ou seja, o deputado atribui a troca de nome da Ponte a uma paixão partidária do governador Leonel Brizola e tenta desqualificar o ato a partir desta premissa. Jaeger, com termos duros, afirma que Brizola prometera durante a campanha efetuar a troca de nome no primeiro dia de seu mandato, mas que lhe teria faltado coragem para realizar sozinho tal “ato de violência”. É rebatido pelo deputado petebista Justino Quintana, que, de maneira um pouco debochada, afirma que Brizola nada mais faz do que cumprir promessas de campanha, as quais são cobradas pela oposição. Ariosto Jaeger parte para os ataques pessoais contra o governador:

nós cobramos as promessas do Governante do Rio Grande do Sul, mas cobramos aquelas que possam beneficiar o povo rio-grandense; desejamos que as cumpra; que cumpra aquelas que não está cumprindo e deixe de cumprir esta promessas que não tem sentido, que não tem fundamento, que

não é do interesse do Rio Grande. O cumprimento desta promessa só poderá prejudicá-lo e, acima de tudo, demonstrará falta de equilíbrio, a falta de compostura, a falta de serenidade de um homem que ocupa o Governo (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. v. CXXVII, p. 186-187).

Considera o deputado que a troca de nome da Travessia representa prejuízo ao povo do Rio Grande do Sul e que Brizola, a realizar tal ato, se demonstra como um homem inadequado ao pleno exercício do governo. O termo “ato de violência” aproxima-se de uma matéria veiculada posteriormente pelo jornal OESP, em 16/04/1959, sob o título “Política de violência”: "uma nova onda de demagogia acompanhada de violências e até de crimes [que] acaba de envolver o País uma vez mais, de norte a sul, como se estivéssemos numa terra sem leis nem tradições, ainda sob o domínio dos antigos coroneis". O jornal relata uma série de "incidentes políticos" provocados por "falsos líderes populares", dentre os quais Leonel Brizola. OESP ainda relata quatro casos que "documentam" aquilo que afirma no editorial. Assassinatos políticos em Alagoas e Minas Gerais; corrupção no Pará; e, finalmente, Porto Alegre, onde "a entrada do novo governador tem sido salientada por violentos ataques a todos os partidos e personalidades que não navegam nas águas turvas do sr. Brizola". O jornal então utiliza como exemplo as "tropas de choque conhecidas por comitês petebistas, cujo objetivo é arrancar as placas da ponte Régis Bittencourt, a fim de substituir o nome do engenheiros construtor da travessia pelo de Getúlio Vargas". O jornal lamenta o "panorama desolador", sobretudo quando "num tempo em que o Brasil se diz em marcha aberta para o industrialismo".

Mas Ariosto Jaeger, após sua veemência contra o governo, traz ainda mais um documento importante. Um ofício apócrifo, atribuído ao PTB, com data de março de 1959. O documento conclama a militância do partido a ajudar na homenagem a ser feita a Getúlio:

Tu, companheiro, que tudo destes, que tanto trabalho desenvolvestes para a vitória do Engº Leonel Brizola, que demonstrastes possuir capacidade de liderança, põe-te em campo para, junto com aqueles outros companheiros valorosos, com o povo, que só o grande morto soube amar, porque pelo povo, morreu para que o povo não fosse mais escravo de ninguém, tu, companheiro, levarás o povo no dia 19 de abril, aniversário do Mártir do Nacionalismo, para arrancar aquela placa colocada pelas forças reacionárias e ajudar a colocar outra com os dizeres “Travessia Getúlio Vargas”. Homenagem do povo que não é escravo de ninguém, 19 de abril de 1959. (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. v. CXXVII, p. 187).

Este documento apresenta dois aspectos muito relevantes sobre o debate que estava ocorrendo. O primeiro deles diz respeito a forte polarização entre PTB e PSD, considerando os militantes do primeiro que quem não estava com o getulismo estava contra o getulismo. E, segundo ponto, a verdadeira idolatria à figura de Vargas, quase religiosa, da qual Brizola fazia parte também. O documento ainda destacava a importância da mobilização popular no evento: “que a história registre que a mudança do nome da Travessia foi feita pelo povo e não pelo Governo”.

Um dia após a solenidade de troca de nome, portanto na sessão do dia 20 de abril de 1959, o deputado pessedista Ary Delgado abre sua fala recitando a célebre sentença de Ruy Barbosa sobre a vergonha de ser honesto devido ao triunfo da injustiça. O deputado se demonstra muito preocupado com as consequências do ato do governador Brizola sobre as relações entre o governo estadual e federal, apesar de reconhecer que a homenagem a Getúlio Vargas não era indevida: “nós, que estamos em campos opostos, não poderemos deixar de reconhecer com honestidade a expressão política do extinto brasileiro”. Contudo, lamenta a “desomenagem” a um

homem que, pelo que realizou de efetivo e concreto, mereceu a consideração do Governo de então, de todo o Brasil, o Engenheiro Edmundo Régis Bittencourt, que carrou para o Rio Grande do Sul fabulosas somas e que, não fora o interesse extraordinário que demonstrou, talvez essa obra gigantesca, que orgulha não só o Estado, mas ao país inteiro e toda a América do Sul, talvez essa travessia não tivesse sido ultimada no pouco tempo em que foi. (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. v. CXXVII, p. 355).

Os termos “desomenagem” e “desomenageador” parecem ter sido largamente utilizados neste caso. No dia 20/04/1959 O Globo critica o governador Leonel Brizola pela decisão de trocar o nome da travessia. Sob a nota "Brizzola (sic), o "Desomenageador" o jornal publica "enérgico telegrama" assinado pelo vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, onde a instituição se diz "chocada com a demagogia da substituição do nome" e lamentar que "um engenheiro, embora desviado pela política, possa praticar tão injustificada "desomenagem".

Igualmente, podemos verificar que o deputado atribui o sucesso da Travessia a iniciativa pessoal de um engenheiro, portanto, membro do campo dos engenheiros. No entanto, parece ser evidente, devido às manifestações anteriores, que a luta se desenrolava

entre dois partidos, portanto no campo político, que lutavam pela imposição de uma visão mais legítima do social. Os petebistas buscando a representação simbólica no nome da obra, sendo enfrentados pelos pessedistas que não desejavam que isto acontecesse e defendiam a manutenção do nome do engenheiro.

O deputado Hélio Carlomagno faz um aparte no sentido de lembrar que os petebistas durante a obra a consideraram defeituosa e agora desejavam rebatizá-la. O deputado Ary Delgado então faz menção de que até um “protesto divino se verificou” durante a solenidade, em referência a uma tempestade que acontecera durante a cerimônia, tendo caído um raio sobre um cidadão que se encontrava no local. De acordo com a imprensa : “O ato foi realizado sob forte tempestade, e, segundo informam os vespertinos, no momento em que o governador retirava a antiga placa para colocar a nova, um raio atingiu um cidadão, ferindo-o gravemente”. (“Brizola mudou o nome da ponte”, O Estado de São Paulo, 22/04/1959, p. 50).

É somente na sessão do dia 23 de abril que o deputado Sereno Chaise, vice-líder da bancada do PTB, sai em defesa do governador e de sua atitude. Após longa fala do deputado Hélio Carlomagno, onde este critica duramente o governador, apelando até para sentimentos a respeito dos princípios do povo gaúcho, ao afirmar que Brizola “não teve o cavalheirismo inato do gaúcho”, Chaise denuncia as “falsas profecias” das “cassandras opositoristas”. O deputado alega não ter participado do debate antes pois este não teria ocorrido de maneira civilizada. Faz uma longa exposição a respeito das melhorias que o governo estadual estaria realizando, em seguida lê extenso texto técnico do DAER sobre a questão da necessidade da travessia e vem a concluir afirmando que o governo não menosprezou nenhum dos participantes da obra, justificando a homenagem a Getúlio Vargas como tendo “aprovação ampla e plena da população rio-grandense, num preito de justiça”. Portanto, o deputado petebista alude a uma suposta vontade popular, que referendaria a troca de nome e por isto ela seria plenamente legítima.

A questão é que a troca de nome nunca foi homologada oficialmente pelo governo federal, responsável pela obra. Como bem disse a imprensa à época, contrariando a visão dos deputados, “a razão está com o povo, que ignora o batismo da travessia, e o próprio nome travessia, chamando-a simplesmente de Ponte do Guaíba” (“Brizola mudou o nome da ponte”, O Estado de São Paulo, 22/04/1959, p. 50), como de fato ocorre até os dias de hoje.

## **Conclusão**



As lutas simbólicas em torno da denominação oficial da Travessia Régis Bittencourt mobilizaram os debates na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no mês de abril de 1959. Leonel Brizola, governador eleito pelo PTB, com sua promessa, finalmente concretizada, de realizar a troca de nome da Travessia Régis Bittencourt (engenheiro, representante do campo dos engenheiros em nossa visão) para Travessia Getúlio Vargas (mentor político de Brizola e expoente máximo do trabalhismo brasileiro), revelou a disputa por representação social destes dois campos, técnico e político. Como pano de fundo havia ainda luta interna no próprio campo político, entre PSD e PTB, os primeiros, mesmo considerando a homenagem a Vargas muito justa, lutaram pela permanência do nome do técnico Bittencourt, ao passo que os petebistas, sobretudo na figura de Brizola, esforçavam-se para garantir sua representatividade através do nome de Vargas na importante obra rodoviária. Como visto, os debates na Assembleia foram o local privilegiado onde esta luta ocorreu. Brizola, venceu o embate, e realizou a troca de nome da ponte, ao mesmo tempo em que buscou atribuir tal ato à vontade popular. Aos opositores de seu governo restou apenas criticar duramente o governador, vindo à tona a luta simbólica, permeada pelas disputas políticas do período - e entre técnicos e políticos alinhados ao trabalhismo - por representação social.

### **Referências bibliográficas**

BEMFICA, Flavia Cristina Maggi. *Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado (PPGH-PUCRS), 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e Poder Simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*: seguido de A Influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945 - 1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CORTÉS, Carlos. *Política Gaúcha: 1930 - 1964*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

COSTA, Maria Amélia Soares Dias da. *Reorganização partidária e prática democrática no Rio Grande do Sul de 1945 a 1950*. Pelotas: Editora Universitária, 1997.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Os caminhos do Profeta: a autobiografia de Samuel Wainer em Minha razão de viver. In: *Anos 90*. Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 111-126, 2007.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RODRIGUES, J. A. A sociologia de Durkheim. In: RODRIGUES, J. A.; FERNANDES, Florestan (orgs.). *Durkheim - Sociologia*. São Paulo: Ática, 2000.

RUAS, Miriam Diehl. *A doutrina trabalhista no Brasil (1945 - 1964)*. Porto Alegre: Fabris, 1986

### **Fontes documentais**

Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

Jornal O Estado de São Paulo

Jornal O Globo